CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Polícia não encontra produtora de Dark Horse em endereço com 200 empresas

Fonte original: Brasil 247. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Brasil 247 (brasil247.com)
Autor	Otávio Rosso
Data de publicação	14/09/2026 11:09
URL original	https://www.brasil247.com/brasil/policia-nao-encontra-produtora-de-dark-horse-em-endereco-com-200-empresas/
Relevância	Média · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Flávio Dino, Ricardo Sayeg, Jair Bolsonaro
Organizações	Complexsys, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Supremo Tribunal Federal, Google
Data da coleta	29/09/2026 09:57
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 09:35
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Outro trecho da apuração trata de notas fiscais emitidas pela Complexsys Soluções Integradas, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, e pela JR Feijão, sediada no Ceará. (defesa/posicionamento)

• No caso da Complexsys, uma nota de R$ 2 milhões foi cancelada no mesmo dia em que foi emitida. (defesa/posicionamento)

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Brasil 247

RESUMO

247 – A Polícia Civil de São Paulo não encontrou a produtora do filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), nem o Instituto Conhecer Brasil (ICB) em um endereço apontado como sede das empresas durante uma operação de busca e apreensão. O endereço aparecia na investigação como sede do ICB, da Go Up Entertainment, produtora de Dark Horse, e da GO7 Assessoria, Produção e Marketing Cultural. Apesar disso, o relatório não registra apreensões no endereço da avenida Paulista.

247 – A Polícia Civil de São Paulo não encontrou a produtora do filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), nem o Instituto Conhecer Brasil (ICB) em um endereço apontado como sede das empresas durante uma operação de busca e apreensão. No local, na avenida Paulista, os agentes encontraram um coworking com cerca de 200 companhias cadastradas.

As informações constam de investigação da Polícia Civil após decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que retirou o sigilo de documentos relacionados à apuração sobre suspeitas envolvendo a produtora do filme e um contrato de R$ 108 milhões firmado entre o ICB e a Prefeitura de São Paulo para o programa WiFi Livre SP.

A diligência foi realizada em 1º de junho. O endereço aparecia na investigação como sede do ICB, da Go Up Entertainment, produtora de Dark Horse, e da GO7 Assessoria, Produção e Marketing Cultural. As três pessoas jurídicas são ligadas à investigada Karina Ferreira da Gama.

Segundo o relatório da investigação, os policiais fizeram buscas na sala comercial, mas não localizaram documentos relacionados às empresas investigadas. Uma funcionária da GoWork, empresa responsável pelo coworking, informou aos agentes que cerca de 200 empresas estavam cadastradas no endereço. Ela também afirmou que o contrato entre a GoWork e o Instituto Conhecer Brasil havia sido cancelado. Ainda de acordo com a funcionária, a Go Up Entertainment e a GO7 aparentemente nem sequer estavam registradas como clientes do espaço.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

O mandado de busca e apreensão foi expedido no âmbito da apuração que investiga se parte dos recursos públicos destinados ao WiFi Livre SP foi desviada para a produção de Dark Horse. A operação buscava documentos e equipamentos que pudessem esclarecer a movimentação financeira das empresas e a destinação dos valores do contrato.

A Justiça autorizou a apreensão de computadores, celulares, mídias eletrônicas, livros fiscais, contratos, notas fiscais, faturas, recibos, relatórios de auditoria e outros registros ligados ao fluxo de dinheiro e à execução financeira do projeto. Apesar disso, o relatório não registra apreensões no endereço da avenida Paulista. Fotografias feitas pelos investigadores mostram a fachada do edifício e o interior da pequena sala comercial onde funcionava o coworking.

A defesa de Karina Gama afirmou, em nota, considerar positiva a decisão de Flávio Dino de levantar o sigilo da investigação da Polícia Civil de São Paulo envolvendo o ICB e o contrato firmado com a prefeitura. Segundo o advogado Ricardo Sayeg, Karina nega ter cometido qualquer ilícito, já apresentou voluntariamente mais de 20 mil páginas de documentos e seguirá colaborando com as autoridades.

A defesa também sustenta que a divulgação dos elementos da investigação permitirá uma análise objetiva dos fatos, sem interferência de disputas políticas. O advogado, porém, não comentou o fato de os policiais não terem encontrado as empresas no endereço indicado durante a operação.

O inquérito também apura possíveis irregularidades na prestação de contas apresentada pelo ICB à Prefeitura de São Paulo. Entre as suspeitas estão o uso de faturas sem lastro fiscal e de notas fiscais posteriormente canceladas para justificar despesas do contrato.

Um dos pontos investigados envolve quatro faturas emitidas pela Make One Lab, empresa de tecnologia instalada no Alto da Lapa, na zona oeste da capital paulista. Os documentos somavam R$ 8,5 milhões. De acordo com a decisão judicial que autorizou a operação, as faturas estavam, segundo os investigadores, “sem emissão das respectivas notas fiscais ou recolhimento tributário correspondente”.

A polícia também apontou que essas faturas tinham numeração sequencial, a mesma data de emissão e vencimento e valores fracionados. Para os investigadores, essas características levantaram a suspeita de montagem documental para justificar a saída de recursos.

Outro trecho da apuração trata de notas fiscais emitidas pela Complexsys Soluções Integradas, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, e pela JR Feijão, sediada no Ceará. Os documentos, que somavam cerca de R$ 2,4 milhões, foram cancelados pelas empresas emissoras, mas apareceram na prestação de contas do ICB.

No caso da Complexsys, uma nota de R$ 2 milhões foi cancelada no mesmo dia em que foi emitida. Mesmo assim, segundo a investigação, o documento foi apresentado pelo instituto para justificar despesas do contrato com a prefeitura.

A investigação também menciona a contratação, pelo ICB, de uma empresa de Alex Leandro Bispo dos Santos para instalar pontos de wi-fi em favelas da capital paulista. De acordo com órgãos de inteligência da polícia, o empresário é apontado como membro relevante do Primeiro Comando da Capital (PCC) no estado. Ele também foi preso por feminicídio.

A operação da Polícia Civil, conforme mostrou a Folha, cumpriu mandados de busca e apreensão em empresas que, segundo a investigação, podem ter relação com as suspeitas de desvio de recursos públicos. O objetivo da apuração é esclarecer a execução do contrato do WiFi Livre SP, a prestação de contas apresentada pelo ICB e a eventual destinação de verbas ao financiamento de Dark Horse.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

❗ Se você tem algum posicionamento a acrescentar nesta matéria ou alguma correção a fazer, entre em contato com .

✅ Receba as notícias do Brasil 247 e da TV 247 no Telegram do 247 e no canal do 247 no WhatsApp.

Marque o Brasil 247 como fonte preferida no Google:

Apoie o jornalismo independente do 247:

Dark Horse Instituto Conhecer Brasil

Fonte original: https://www.brasil247.com/brasil/policia-nao-encontra-produtora-de-dark-horse-em-endereco-com-200-empresas/ · Coletado em 29/09/2026 09:57 · Gerado em 27/11/2026 23:54

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.